

A “ESCALA ESQUECIDA”: MODERNIZAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NOS DISTRITOS MUNICIPAIS

Leonel Brizolla Monastiky
Edu Silvestre de Albuquerque
Luciane Bauchrowitz
Jardel de Lima



RESUMO: Os distritos municipais devem ser entendidos a partir de sua inserção no contexto regional e municipal, geralmente *híbridos rurais-urbanos* no caso brasileiro porque dotados de modos de vida e demanda por serviços públicos que transitam nesses dois meios geográficos. Infelizmente, as políticas públicas têm negligenciado os distritos enquanto escala legítima de encaminhamento das demandas específicas de comunidades mais afastadas da sede dos municípios. Essas demandas são aqui analisadas através das necessidades, dos interesses e dos desejos manifestados pela população com relação à implantação de infraestruturas básicas e de aquisição e aproximação de “modernidades” que representem a melhoria da qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Distritos municipais; Município; Políticas Públicas.

ABSTRACT: The districts should be understood from its inclusion in the regional and local, rural-urban hybrids generally the case with Brazil because of modes of life and demand for public services that circulate in these two environments. Unfortunately, public policies have neglected the districts as legitimate throughout the routing of the demands of specific communities more distant from the headquarters of the municipalities. These demands are examined here through the needs, interests and wishes of the population with respect to the establishment of basic infrastructures and the acquisition and accuracy of "modernity" that represent the quality of life.

KEYWORDS: Local districts, Municipality, Public Policy.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre distritos municipais tem sido negligenciados nas ciências sociais¹, de modo que essa temática é raramente abordada tanto na geografia agrária quanto na geografia urbana. A compreensão das causas dessa ausência de pesquisas acadêmicas sobre os distritos não é nosso objetivo, mas é importante destacar que, diante desse quadro, não deve causar estranhamento que as próprias políticas públicas de todos os níveis político-administrativos ainda não tenham focado devidamente as necessidades e demandas das comunidades distritais.

Nas últimas décadas, as políticas públicas federais tem ampliado esforços no sentido do atendimento de demandas de grupos socialmente marginalizados como as nações indígenas e o movimento dos sem-terra. No Paraná, as políticas públicas estaduais também tem focado os trabalhadores rurais volantes (caso do Programa das Vilas Rurais) e as comunidades tradicionais (caso dos quilombolas e faxinalenses). Assim, parece inevitável que a questão das demandas das comunidades distritais municipais de cada unidade federativa também se coloque aos gestores públicos responsáveis pela execução das políticas públicas. Por certo, não se trata de reduzir todos os problemas sociais que ocorrem fora das cidades à escala distrital², mas de reconhecer que o modo de vida de determinadas comunidades e as políticas públicas de dotação de infra-estrutura e serviços públicos apresentam certas especificidades que podem ser melhor compreendidas quando também se recorre ao recorte distrital municipal.

As demandas acumuladas das comunidades distritais e o aperfeiçoamento dos mecanismos de democratização da vida política brasileira exigem, portanto, uma reflexão mais aprofundada inclusive pelos geógrafos acerca dessa escala. *Afinal, compreendida a dinâmica da*

¹ O termo distritos municipais não deve ser confundido com distritos de saúde, distritos políticos ou áreas industriais, estes sim alvo de estudos sistemáticos e/ou políticas públicas definidas por todo o mundo.

² A abordagem da pesquisa refere-se apenas às comunidades das sedes distritais distantes da sede municipal, uma vez que em muitos casos áreas contíguas à área urbana são consideradas sedes de distritos segundo a legislação municipal, ainda que se caracterizem na prática enquanto bairros ou vilas periféricas.

organização territorial brasileira, em especial das relações campo-cidade, os distritos seriam espaços eminentemente urbanos ou rurais? Ou ao invés disto seria mais correto considerá-los como híbridos geográficos?

A questão escalar também deve emergir nessas reflexões dos geógrafos se considerarmos os distritos sob uma perspectiva ontológica. *Uma definição de escala distrital deveria ater-se à tradição política e jurídica brasileira de espaço administrativo do município ou deveria considerar a centralidade da questão da densidade técnica na construção de espaços diferenciados?*

Essas problematizações têm surgido dos trabalhos de campo e entrevistas³³, análise de dados censitários e reflexão sobre a realidade sociopolítica e cultural dos distritos da região dos Campos Gerais do Paraná, apoiadas num projeto envolvendo docentes e discentes do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A base de dados utilizada na pesquisa é referente as unidades distritais da Região dos Campos Gerais (PR) adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, Censo de 2000), totalizando 28 distritos analisados. Foi estabelecida inicialmente uma proposta guia para os distritos do município de Ponta Grossa, cidade que canaliza as funções de pólo econômico regional, mas que possivelmente pode ser extrapolada para outros estudos de caso.

O recorte metodológico privilegia a caracterização das relações políticas entre comunidades distritais e Poder Público Municipal (e segmentos da iniciativa privada), diante das necessidades das comunidades sobre bens e serviços básicos e o interesse e desejo dessas pessoas com as chamadas “modernidades”. O termo modernidade é aqui utilizado para indicar a aquisição e/ou aproximação de produtos e serviços que apresentam a simbologia das inovações tecnológicas que permeia as mudanças constantes, rápidas e permanentes da sociedade capitalista industrial – discussão apresentado por Stuart Hall (2006) com leituras em Marx e Engels (1973) e Giddens (1990). Assim, o uso da expressão

³³ Presidentes de associações locais, religiosos, proprietários de estabelecimentos comerciais, proprietários rurais participantes do cotidiano local, funcionários públicos com alguma influência local etc.

“modernidade” busca aqui não contemplar juízo de valor pré determinado, apenas apresenta o anseio de consumo e acompanhamento das inovações apresentadas pela população pesquisada.

As infra-estruturas básicas como fornecimento de energia, tratamento de água e esgotos, comunicações e transportes; os equipamentos coletivos de lazer, educação, cultura e comércio e os serviços públicos de saúde, correio, internet e segurança concedidos à iniciativa privada ou organizados diretamente pelo Estado são determinantes para a qualidade de vida nesses pequenos núcleos urbanos locais. Resta precisar em que medida esses serviços e equipamentos são atendidos nos distritos e vilas da região, qual o anseio dessas comunidades distritais de experimentarem e possuírem essas inovações tecnológicas e sociais – geralmente tendo como principal parâmetro a sede central - e como se estabelece a relação dialética entre a manutenção da cultura local e àquela advinda de uma rede mundial de disseminação econômica e cultural, que se desdobra para além do núcleo urbano mais próximo e que estabelece pontos de conexão em cada local.

Ao se discutir sobre a relação entre o local e o global, é necessário, inicialmente, atentar para a questão da escala geográfica, pois essa problemática inclui a relação e a inseparabilidade entre tamanho e fenômeno (CASTRO, 2001). Assim, os fenômenos percebidos em escala global, como a padronização do espaço e a normatização da técnica, são diferentes daqueles percebidos na escala local, como o aumento das diferenças sociais e o desemprego (ROCHA & MONASTIRSKY, 2008, p. 152).

A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO SISTEMA POLÍTICO- ADMINISTRATIVO

A rede das instituições da burocracia pública atribui funções diferenciadas aos espaços políticos, que afetam diretamente a vida das comunidades que neles vivem: *“Neste sentido, as formas de organização política do território são importantes por revelar o processo histórico de formação dos interesses*

territorializados, bem como para acomodar as suas assimetrias.” (CASTRO, 2005, p. 130).

O sistema político-administrativo brasileiro busca, obedecendo aos princípios federativos assegurados constitucionalmente, incorporar as distintas demandas sociais e territoriais que tornam o corpo político da vasta nação algo particularmente complexo. Mas essa rede política articulada sobre territórios com diferentes níveis de povoamento e de poder econômico acaba por se tornar, frequentemente, ineficaz ou mesmo reforçar essas diferenças sociais e territoriais ao permitir a seletividade do uso do poder público.

Desta forma, essa espécie de “*privação de capital simbólico*” é inerente ao processo de desenvolvimento econômico capitalista, estabelecendo uma relação centro-periferia nas estruturas de poder:

(...)se a região não existisse como espaço estigmatizado, como *província* definida pela distância econômica e social (e não geográfica) em relação ao *centro*, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico) que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência. (BOURDIEU, 1989, p. 126).

Assim, o sistema político busca equacionar as sempre tensas relações centro-periferia nas mais distintas escalas, incluindo as regiões, estados e municípios brasileiros. Como faz ver David Harvey (1973), a localização da moradia e do trabalho no território da cidade influenciam diretamente a posição social dos indivíduos, algo que transparece também na relação entre os espaços distritais e as sedes municipais.

CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO GEOGRÁFICA DE DISTRITOS

A distância espacial (absoluta e relativa) em relação à sede municipal e o componente demográfico de padrão disperso (baixa densidade e contingente populacional reduzido) são elementos fundamentais para o equacionamento das especificidades das demandas distritais pelas políticas

públicas, e que permitem essa classificação distinta de bairro ou vila. A distância geográfica e o fator demográfico também exercem forte pressão no sentido de dificultar a formação de capital político nos distritos para barganhar por maior autonomia administrativa e atendimento das reivindicações da comunidade por melhor infra-estrutura e serviços públicos⁴.

Em estudo sobre a emancipação política de municípios gaúchos, Arnaldo Ruckert (2004) demonstra que a autonomia local está diretamente ligada ao processo de modernização econômica do campo, que pressiona por novas demandas dessas comunidades. A modernização do campo provoca o adensamento das relações sociais que, por sua vez, pressionam por urbanização.

Assim, a questão da modernização faz emergir para uma definição de distritos também a questão da densidade das redes técnicas (SANTOS & SILVEIRA, 2001). No campo brasileiro, o processo de extensificação e intensificação dessas redes de produção ocorre para o fornecimento de *commodities* agropecuárias e, agora, energéticas ao mercado internacional. Com essa proposta, o meio rural das regiões periféricas acaba representando menor obstáculo que o meio urbano ao processo destrutivo-criativo das novas formas capitalistas (SANTOS, 1994; 1996), sobretudo em condições em que ainda existam estoques de terra relativamente abundantes como no caso brasileiro⁵.

Assim, as antigas demandas distritais por dotação de infra-estrutura e oferta permanente de serviços públicos, sem serem atendidas plenamente, vêm surgir novas demandas por serviços especializados de comércio, assistência técnica e serviços financeiros, demonstrando a relação entre

⁴ Os obstáculos à formação de capital político na periferia em relação ao centro são explorados por Pierre Bourdieu (1989) quando considera a questão regional.

⁵ Historicamente, a urbanização do campo brasileiro esteve atrelada ao processo de expansão das frentes pioneiras e dos projetos de colonização, mais conhecido pelo processo de criação de novas cidades que pela implantação de infra-estrutura e serviços públicos no meio rural. Mas desde a década de 1970, a extraordinária expansão dos complexos agroindustriais e da mecanização agrícola pressionam também por uma maior urbanização do campo brasileiro.

fenômeno distrital, processo de modernização agropecuária e urbanização do campo.

Em certas localidades as heranças materiais e culturais de modernizações pretéritas podem funcionar como freios à nova onda modernizadora (SANTOS & SILVEIRA, 2001), contribuindo também para explicar a estagnação de determinadas comunidades distritais. Mas esta não representa a condição geral dos distritos brasileiros, especialmente quando da implantação dos *complexos agroindustriais* a partir da década de 1970. As agroindustriais e o avanço da cidadania pressionaram ainda mais a urbanização do campo, expressa na ampliação das reivindicações das comunidades distritais municipais: demanda por insumos agrícolas e serviços bancários, mas também por serviços públicos, asfalto e lazer.

Outro aspecto relevante é que essa oferta de infraestrutura e serviços públicos que caracteriza cada vez mais a atual organização do território brasileiro (SANTOS & SILVEIRA, 2001) acaba representando uma arena de luta acirrada pela distribuição dos recursos públicos entre sede municipal e distritos. Todas essas demandas distritais municipais podem ser traduzidas na seguinte palavra de ordem: “queremos maior presença do Estado, especialmente do poder público municipal”. Essa enorme politização das reivindicações das comunidades distritais decorre provavelmente do enorme *déficit* acumulado pelo Estado brasileiro na oferta de infra-estrutura e serviços públicos básicos, especialmente abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta regular de lixo, serviço permanente de saúde e de segurança policial.

É neste sentido que Trigal e Del Pozo (1999) estabelecem uma tipologia espacial segundo a organização da administração pública, destacando os “*espaços das sedes administrativas*” instalados nos centros urbanos e os “*espaços atendidos*”, providos ou desprovidos quanto às funções administrativas, incluídos os serviços públicos.

O CASO DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ

Os diagnósticos dos serviços e infraestruturas nos distritos do município de Ponta Grossa - Itaiacoca, Uvaia e Guaragi⁶, bem como sobre as demandas da população, foram estabelecidos através da análise do Plano Diretor Municipal e do Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa; levantamento junto a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Ponta Grossa⁷ sobre as políticas públicas adotadas pelas Secretarias Municipais⁸; levantamento junto às instituições e empresas prestadoras de serviços públicos nos distritos do município: Copel, Sanepar, Correios, Polícia Militar, empresas de transporte, etc; levantamento de informações sobre o perfil dos distritos (dados demográficos, sociais e econômicos) do município de Ponta Grossa através do IBGE e do Plano Diretor Municipal; entrevistas com agentes do Poder Público Municipal e da iniciativa privada a respeito da implantação e funcionamento das infraestruturas destinadas aos distritos e entrevistas junto à população dos distritos e com lideranças locais sobre temas como cultura local, qualidade de vida e anseios de modernização.

Com relação a ação do Poder Público Municipal, a maior parte das ações são realizadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, que é o órgão incumbido de orientar, estimular e auxiliar as atividades desenvolvidas por entidades públicas e privadas que possam influir no desenvolvimento dos setores agrícola e pecuário e de proteção ao meio ambiente do município (PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2003). Esta secretaria desenvolve projetos de fomento com o intuito de auxiliar na subsistência e na venda de excedentes que propiciam a melhoria da rentabilidade familiar. Segundo divulgação da referida

⁶ O distrito de Periquitos será desconsiderado porque possui a sua sede incorporada à malha urbana.

⁷ A pesquisa foi realizada no período de 2007/2008 - durante a gestão do Prefeito Pedro Wosgrau Filho (PSDB).

⁸ Algumas secretarias municipais não apresentaram as informações solicitadas, seja por entraves burocráticos ou ausência de ações definidas.

secretaria, os projetos desenvolvidos são de apoio à aquisição de calcário e de sementes de feijão e milho; ao florestamento comercial com eucalipto e pinus; à fruticultura doméstica e comercial; às hortas comunitárias; à agroindústria e unidades de beneficiamento de mel; ao fomento a piscicultura; ao patrulhamento agrícola (assessoramento dos produtores rurais quanto a preparação do solo, correção, adubação e empréstimo de maquinário); à tosquia e inseminação artificial; à qualificação dos trabalhadores rurais (cursos de artesanato, produtos caseiros, conservas etc, além de auxílio na organização de feiras destinadas ao escoamento produtivo); à concessão de redução de IPTU e ao saneamento rural, que consiste no Sistema de Abastecimento de Água para uso doméstico.

No entanto, nas entrevistas com os moradores dos distritos de Ponta Grossa, observa-se que apenas uma pequena parte desses projetos estão em funcionamento. Muitos não foram sequer implantados ou funcionaram provisoriamente. Somente aqueles que atendem diretamente aos interesses dos grandes e médios proprietários funcionam satisfatoriamente, como é o caso dos projetos de apoio à aquisição de calcário e de projetos agroindustriais ou de florestamento comercial com espécies exóticas.

No setor da **educação**, os distritos contam com escolas rurais nas sedes administrativas que buscam abranger um maior número de alunos. São estabelecimentos com predominância na educação infantil e no ensino fundamental (PLANO DIRETOR, 2003). A organização dessas escolas com a junção de vários alunos de idades (séries) diferentes no mesmo espaço físico e sob os cuidados do mesmo professor representa um enorme obstáculo para a melhora do nível da educação rural. Todavia, a principal reivindicação da população local é a ausência de ensino médio e, sobretudo, de ensino profissionalizante, que exigem o deslocamento para a cidade de Ponta Grossa.

Os distritos de Ponta Grossa contam com postos de **saúde**, onde segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde são realizados mais de cinco mil atendimentos/ano por meio do Programa Saúde da Família (PSF) - que prevê a cobertura das ações primárias (cobertura vacinal,

atenção integrada à saúde da criança, prevenção do câncer de colo uterino, tratamento de hipertensão e diabetes), redução da mortalidade infantil e da mortalidade proporcional por doenças infecciosas, aumento da esperança de vida ao nascer e redução nas taxas de natalidade.

Para realizar essas ações, cada posto de saúde deveria ter uma equipe permanente formada por um médico, uma enfermeira, uma auxiliar de enfermagem, um dentista, um auxiliar de dentista, um motorista e agentes comunitários (moradores locais que fazem levantamentos a respeito dos problemas de saúde da comunidade). No entanto, ao contrário disso, constatamos em campo que algumas equipes realizam um rodízio semanal entre os postos dos distritos. De acordo com entrevista com funcionária de saúde da Prefeitura Municipal, diariamente é deslocada uma equipe da saúde para os distritos para consultas com médico clínico geral, sendo que os casos mais graves são encaminhados para especialistas nos estabelecimentos de saúde na área urbana de Ponta Grossa.

Como expressam as entrevistas realizadas com moradores dos distritos, o atendimento de saúde foi avaliado de forma negativa. Essas comunidades têm atendimento médico uma vez por semana apenas. Os entrevistados também lamentam a ausência de médicos especialistas para os casos emergenciais e, na ausência destes, de ambulâncias para o deslocamento rápido e cuidadoso para os hospitais da área urbana de Ponta Grossa.

Quanto ao **transporte público**, os distritos são atendidos por empresas privadas. O distrito de Guaragi através da Viação Campos Gerais (VCG), empresa de transporte urbano de Ponta Grossa; o distrito de Itaiacoca (que apresenta maior malha viária) é atendido por várias empresas de pequeno porte (algumas de municípios próximos) e o distrito de Uvaia, por se localizar próximo da rodovia BR 373, é atendido pelo transporte intermunicipal. Sobre o transporte entre o distritos e a sede central, a reivindicação restringe-se à baixa frequência de horários disponíveis. Porém as reclamações se acentuam quando se trata do transporte no interior do distrito (principalmente das vilas e comunidades mais afastas): a falta de

transporte, a escassez de horários e as condições das estradas (poeira em dias secos e impossibilidade de trânsito nos dias de chuva) são as queixas mais relatadas, potencializadas quando se trata do transporte dos alunos.

A malha viária urbana dos distritos é pavimentada-cascalhada apenas nas sedes, sendo as respectivas vias principais pavimentadas, e as vias secundárias apenas cascalhadas. Nas áreas rurais as estradas são de terra e bastante esburacadas. O problema apresentado nas entrevistas diz respeito justamente a qualidade dessas estradas de leito natural que dão acesso às sedes dos distritos. Como essas estradas exigem periodicidade de manutenção para permitir o livre escoamento da produção e o trânsito dos moradores, a falta de manutenção acarreta diversos prejuízos que vão desde danos aos veículos, perdas no escoamento da produção agrícola e comprometimento do transporte escolar.

Sobre a **segurança pública**, a estrutura da Polícia Civil não é organizada para atender especificamente aos distritos da região⁹. A presença policial nos distritos ocorre somente quando é solicitada. Quanto a Polícia Militar, atuante no policiamento preventivo e ostensivo de forma complementar à ação da anterior, que exerce ainda policiamento ambiental, de trânsito e comunitário, sua atuação nos distritos é inexistente, como apontaram entrevistas realizadas com os moradores¹⁰. Com a aumento das ações criminosas na zona rural, a presença da polícia nos distritos é o item mais citado pelos entrevistados. A presença da Polícia Ambiental poderia amenizar o problema, mas o montante das ações desse grupo especializado é insignificante diante do gradativo aumento dos roubos no campo.

O serviço de **energia elétrica** é fornecida pela Companhia Paranaense de Energia (COPEL). A cidade é atendida por meio do sistema elétrico Sul/Sudeste, onde as usinas, as linhas de transmissão e cargas constituem um único sistema. De acordo com o Plano Diretor de Ponta Grossa existem

⁹ Considerando que a organização da Polícia Civil é composta pela Sede da Delegacia Central, sediada em Ponta Grossa, com 12 Sedes de Comarcas em municípios vizinhos, e ainda por 3 Delegacias Especializadas (da Mulher, de Proteção ao Adolescente e Anti-tóxicos). Esta estrutura atende 18 municípios com população aproximada de 700.000 habitantes.

¹⁰ O distrito de Guaragi possui uma edificação para um posto policial, mas está desativado.

aproximadamente dois mil consumidores nos distritos do município, todas as sedes distritais possuem energia elétrica e iluminação pública nas principais vias. A maioria das localidades e propriedades das áreas mais afastadas participam do programa “clic rural” do Governo do Estado do Paraná. Este é o setor que registra o menor número de reclamações e reivindicações das comunidades distritais pesquisadas.

O mesmo não acontece com relação ao abastecimento de **água tratada** e coleta e **tratamento de esgoto**. Nas sedes dos distritos há uma central de distribuição de água potável e um programa de acompanhamento da qualidade das águas de poços artesianos. No entanto, nas localidades mais distantes da sede percebe-se a ausência do poder público com relação ao abastecimento e acompanhamento da qualidade da água. A Universidade Estadual de Ponta Grossa através de projetos de extensão realiza análises da água, mas são ações pontuais que não contemplam as exigências necessárias.

Sobre as demandas por “modernidades”, a pesquisa aponta para uma relação dialética entre a manutenção da tradição e da qualidade de vida (convívio com a natureza, sossego, segurança, ritmo de vida mais lento) com a aproximação dos equipamentos, serviços e produtos oferecidos pela mídia e presentes nos centros urbanos.

Considerando que os núcleos rurais do “Paraná Pioneiro” são formados com forte presença de imigrantes de descendência alemã, russo-alemã, polonesa, italiana e ucraniana e que a cultura da vida campesina é mantida com interesse e satisfação, a maioria das pessoas entrevistadas nos distritos (considerando-se a variação de gênero, idade, escolaridade etc) aponta como qualidade de vida o sossego, a segurança e a manutenção das tradições (com grande prestígio às manifestações culturais: festas, hábitos e costumes). Evidentemente que há uma parcela significativa que acena com a intenção de mudar-se para centros maiores, especialmente em função da escassez de trabalho (e dos baixos salários) no campo – principal motivo apontado para a possível transferência. Mas muitos, inclusive crianças e adolescentes não demonstram intenção de irem para a cidade.

A questão do acesso aos equipamentos urbanos¹¹ aparece apenas nos momentos de desejo e necessidade. Tanto que entre as principais reivindicações para a implantação de equipamentos e serviços urbanos nos distritos aparecem: telefone fixo, asfalto, módulos policiais, postos médicos com atendimento permanente, dentistas, supermercado e farmácia.

Nas entrevistas, especialmente com adultos, comerciantes e lideranças locais a necessidade de maior organização política para alcançar as reivindicações junto ao poder público municipal é ideia unânime. Algumas organizações como associações de moradores, clubes esportivos, grupos religiosos e grupos específicos como da terceira idade, de jovens, de tradição gaúcha e campeira etc, destacam-se como focos de discussão política.

As críticas comunitárias quanto a ausência do poder público não se restringem à prefeitura, abarcando também os vereadores – considerados oportunistas por buscarem votos sem apresentarem a contrapartida prometida. Essas críticas incentivam a movimentação de algumas lideranças para a organização política local, ainda que não tenhamos observado efeito concreto para essas comunidades até o momento.

CONCLUSÃO

As temáticas distritais são ainda pouco discutidas pela geografia brasileira, especialmente a paranaense¹²; e o presente estudo exploratório relativo aos distritos de Ponta Grossa representa apenas um guia experimental para o avanço das pesquisas para a região dos Campos Gerais e fora dela. Entretanto, parece possível aventar que o acesso aos equipamentos e serviços coletivos, bem como aos produtos e serviços oferecidos pela iniciativa privada aos habitantes dos distritos e vilas do

¹¹ Nas entrevistas aparecem em destaque: supermercados, *shopping centers*, clínicas de saúde, lojas de eletrodomésticos, lojas de roupas e calçados, farmácias, escolas profissionalizantes, oficinas mecânicas, bares e restaurantes.

¹² Constatação legitimada no IV Simpósio da Pós Graduação em Geografia do Paraná (Mal Candido Rondon, junho de 2009).

interior paranaense, não decorre apenas das características sociais do indivíduo - condição cultural, escolar ou poder de compra -, mas de um contexto local/regional que relaciona o processo de urbanização do campo e as políticas públicas adotadas para a zona rural, especialmente aos núcleos distritais.

É provável que a permanência do fenômeno distrital – e das demandas das comunidades distritais – esteja diretamente relacionada às dimensões territoriais brasileiras e à manutenção de parcela não desprezível da população no campo. A distância para com a sede municipal, as características sociodemográficas e o *déficit* de modernidade são os elementos que formam a particularidade da escala distrital.

A sede distrital, especialmente aquela que apresenta uma incipiente organização urbana, pode ser considerada como um local que transita entre dois ambientes, pois assim se reconhecem as pessoas que lá vivem. Talvez seja esta a forma mais eficiente para a organização dos estudos sobre os distritos e também a forma mais eficaz de gerenciamento desses locais pelo poder público. A análise das reivindicações das comunidades distritais a respeito de modernização e melhoria da qualidade de vida, bem como das políticas públicas adotadas aos distritos, apresentam claramente essa dualidade entre rural e urbano, ora espaços complementares ora dicotômicos.

A exigência de infraestrutura semelhante àquela implantada na sede principal é um exercício de cidadania dessas comunidades que se reconhecem no corpo de “direitos e deveres municipais”. A atuação do poder público, no entanto, só poderá ser efetivamente acompanhada se houver uma organização política local, quer seja para estreitar o diálogo com o executivo e/ou criar representatividade legítima no legislativo – ou num estágio mais avançado, a emancipação.

Finalmente, os interesses e desejos das pessoas dessas comunidades em adquirirem e se aproximarem das inovações tecnológicas, amplamente divulgadas pelo “modo de vida das sedes municipais” e reforçada pelas mídias, também devem ser analisadas dialeticamente. As pessoas estão cada

vez mais informadas dessas inovações, sentem o desejo de obter algumas, gostam de vivenciá-las nas visitas que fazem aos centros urbanos maiores, mas segundo os relatos não querem que haja uma transferência total desse modelo para as pequenas localidades e fazem questão de que muitas das tradições, costumes e, principalmente, da “condição de habitante do campo” que representam (uma vida tranquila, sossegada, lenta e segura) seja mantida.

Texto recebido em abril de 2009.
Aprovado para publicação em junho de 2009.

SOBRE OS AUTORES:

Leonel Brizolla Monastiky é professor de Geografia Social e Cultural do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território da UEPG. E-mail: leonel@uepg.br

Edu Silvestre de Albuquerque é professor de Geopolítica do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Gestão do Território da UEPG.

Luciane Bauchrowitz é bolsista PIBIC – Fundação Araucária/UEPG.

Jardel de Lima é bolsista PIBIC – Fundação Araucária/UEPG.

REFERÊNCIAS:

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Rio de Janeiro: Difel, Bertrand Brasil, 1989.

CAROS AMIGOS (revista). “Guaragi – o bar do Pelé”. Ano XI, nº124, julho de 2007.

CASTRO, I.E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. “O problema das escalas”. In CASTRO, I. E; GOMES, P. C; CORREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Cambridge, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. **Social Justice and the City**. Londres: John Hopkins University Press, 1973.
- MARX, K; ENGELS, F. “The Communist Manifesto”. In **Revolutions of 1848**. Harmondsworth, 1973.
- ROCHA, Ana Rita; MONASTIRSKY, Leonel B. **A dialética entre o global e o local: um olhar sobre o turismo e o patrimônio cultural**. Ponta Grossa: Terra Plural, v.2, nº1, 2008.
- RÜCKERT, Aldomar Arnaldo. “Emancipações distritais no Rio Grande do Sul: notas de discussão”. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 12, p. 49-53, 1984.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico internacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.
- TRIGAL, Lorenzo Lopes e DEL POZO, Paz Benito. **Geografia Política**. Madrid: Cátedra, 1999.